

# Vários «casos económicos e políticos» dividem o Governo Pintasilgo

VÁRIOS "casos económicos e políticos" têm dividido o Governo Pintasilgo.

Esta divisão tem-se verificado em problemas de natureza global e também de carácter específico, sendo sensível a não aceitação de pontos de vista fundamentados defendidos pelos ministros das Finanças, da Indústria e do Comércio e Turismo, pela maioria do Conselho de Ministros, e, muitas vezes, pela própria Primeiro-Ministro.

O EXPRESSO apurou, a partir de fontes bem informadas, que estas discrepâncias não se verificaram apenas em matérias ge-

néricas, como medidas sociais de incidência económica aprovadas recentemente (salários mínimos, subsídios de desemprego), mas também em casos de pormenor em particular significado político, com relevo para a desintervenção da Sociedade dos Vinhos Borges, o acordo com a ITT e a elevação dos preços dos adubos.

Em todos estes casos, os "dossiers" recolhiam o estudo exaustivo da equipa económica, mas socobriram perante argumentos que foram desde a suspeição de "negócios de bastidores" até a críticas a "penetração das multinacionais" e a alusão a descon-

tentamentos populares difusos.

No primeiro caso, o Conselho de Ministros aprovou uma deliberação sobre uma desintervenção que já veio de trás, com base em parecer de uma instituição bancária estatizada. Alegando suspeição contra intervenientes no estudo do processo, a Primeiro-Ministro recusa-se a assinar a resolução já votada, e não contestada por outra votação.

No segundo caso, o acordo com a ITT deparou com a forte oposição da maioria dos ministros, apesar das consequências gravosas em termos de desemprego que a sua não celebração poderá

acarretar.

Debalde se deslocou a Portugal para essa assinatura um dirigente qualificado da ITT, pois deparou com a paragem de um acordo de que depende a viabilização das empresas do Grupo em Portugal.

Quanto ao preço dos adubos, uma vez mais os estudos qualificados de "tecnocráticos" dos ministros económicos deifrontaram a resistência total da linha dominante, em que prevalecem os ministros da área social, cuja conduta se tem norteedo pela preocupação de antepor por sis-

Continua na pág. 16



# Sousa Franco: votos de vencido

Continuação da pág. 1

tema à necessidade económica de certas medidas a invocada ponderação dos seus efeitos político-sociais.

A linha dominante do Conselho já manifestara, de resto, a sua oposição à vinda a Portugal da delegação do FMI, alegando poder ser interpretada como uma intromissão de um organismo internacional em assuntos do foro interno, no momento da elevação dos preços.

Essa crítica no seio do Governo foi pronunciada no início da semana em local do nosso colega vespertino "Diário de Lisboa", que qualificava de "conservadoras" as posições do ministro das Finanças, António Sousa Franco, e defendia as posições da linha dominante do Governo.

Dias volvidos, generalizou-se na Imprensa portuguesa, quer pela narrativa do aparecimento de importantes declarações de voto de vencido de Sousa Franco, quer pelo desenvolvimento das divergências verificadas em várias questões económicas e políticas.

Nas páginas 1-R e 2-R o EX-PRESSO analisa a dimensão e o sentido político de clivagem aberta no Governo, e que poderá agravar-se, a menos que a Primeiro-Ministro demonstre uma sensibilidade maior à linha político-económica do Ministério das Finanças, e de outros Ministérios económicos, que normalmente o acompanham no diagnóstico da situação.

Fundação Cuidar o Futuro



24 horas  
em movimento

### *O esclarecimento da Presidência do Conselho de Ministros*

DA PRESIDÊNCIA do Conselho de Ministros recebemos o seguinte esclarecimento, alusivo à notícia do EXPRESSO sobre a oposição do ministro das Finanças à elevação do salário mínimo nacional.

"Devem considerar-se com a máxima reserva as notícias veiculadas pelos órgãos de Informação sobre posições individuais assumidas, em Conselho de Ministros, por membros do Governo.

Exemplo claro da falta de fundamento do que, neste domínio, se vem querendo fazer constar, é a notícia inserida na primeira página do EXPRESSO de sábado passado, em que se atribuía determinada posição a um ministro — o ministro das Finanças — que nem sequer esteve presente na reunião do Conselho em que foi tratado o tema a que se aludia."

Recebido há quase uma semana, razões de ordem técnica impediram a inserção deste esclarecimento no número anterior do EXPRESSO.

Acerca do teor do esclarecimento (em particular da "meia verdade" que traduz e do que pretende esconder) vejam-se as páginas 1-R e 2-R.



## CLIVAGEM MANIFESTA DENTRO DO GOVERNO PINTASILGO

# LINHA DE INDEPENDENTES DE ESQUERDA ISOLA MINISTRO DAS FINANÇAS (E SECTOR MODERADO)

CERCA DE dois meses depois da sua entrada em funções, o V Governo Constitucional presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo, começou a revelar crescentemente nas últimas semanas uma clivagem política substancial, que, por enquanto, não passa dos seus bastidores, mas que assume já contornos bastante bem definidos.

A votação de várias questões de natureza económica e social serviu de elemento de comprovação da existência dessa clivagem, que se foi agravando, até atingir uma dimensão visível em recentes Conselhos de Ministros.

Assim, quando o EXPRESSO noticiava, há quinze dias, que o ministro das Finanças, António de Sousa Franco, se opusera, por razões económicas de fundo, à elevação do salário mínimo nacional votada em Conselho de Ministros, estava a apontar um de vários factos significativos indicadores de uma divisão de pontos de vista que se vinha acentuando no seio do Executivo em funções.

Sobre esta matéria recebeu o EXPRESSO o esclarecimento publicado na página 1, e cuja versão integral se repete:

"Devem considerar-se com a máxima reserva as notícias veiculadas pelos órgãos de informação sobre posições individuais assumidas, em Conselho de Ministros, por membros do Governo.

Exemplo claro da falta de fundamento do que, neste domínio, se vem querendo fazer constar, é a notícia inserida na primeira



Fundação Cuidar o Futuro

A simpatia de Maria de Lurdes Pintasilgo para as posições menos "tecnocráticas" e mais "avançadas"



CERCA DE dois meses depois da sua entrada em funções, o V Governo Constitucional presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo, começou a revelar crescentemente nas últimas semanas uma clivagem política substancial, que, por enquanto, não passa dos seus bastidores, mas que assume já contornos bastante bem definidos.

A votação de várias questões de natureza económica e social serviu de elemento de comprovação da existência dessa clivagem, que se foi agravando, até atingir uma dimensão visível em recentes Conselhos de Ministros.

Assim, quando o EXPRESSO noticiava, há quinze dias, que o ministro das Finanças, António de Sousa Franco, se opusera, por razões económicas de fundo, à elevação do salário mínimo nacional votada em Conselho de Ministros, estava a apontar um de vários factos significativos indicadores de uma divisão de pontos de vista que se vinha acentuando no seio do Executivo em funções.

Sobre esta matéria recebeu o EXPRESSO o esclarecimento publicado na página 1, e cuja versão integral se repete:

"Devem considerar-se com a máxima reserva as notícias veiculadas pelos órgãos de informação sobre posições individuais assumidas, em Conselho de Ministros, por membros do Governo.

Exemplo claro da falta de fundamento do que, neste domínio, se vem querendo fazer constar, é a notícia inserida na primeira página do EXPRESSO de sábado passado, em que se atribuía determinada posição a um ministro — o ministro das Finanças — que nem sequer esteve presente na reunião do Conselho em que foi tratado o tema a que se aludia".

Este esclarecimento, que constitui um caso exemplar de meia verdade, merece ser analisado, pelo que representa de clima existente no seio do Governo.

De facto, António Sousa Franco não esteve presente no Conselho de Ministros em que foi votada a alteração do salário mínimo nacional. Por isso, aparentemente, o comunicado redigido por Teresa Santa Clara Gomes, secretário de Estado adjunto da Primeiro-Ministro, correspondente à realidade.

Só que ele omite questões de fundo essenciais como sejam as seguintes:

— Num Conselho de Ministros anterior em que a mesma matéria foi discutida, Sousa Franco declarou expressamente que se opunha à elevação do salário mínimo nacional nos termos propostos por Sá Borges, a menos que o Ministério do Trabalho fixasse um "plafond" máximo global para as elevações salariais, o que este Ministério não aceitava;

— Num Conselho de Ministros em que a matéria foi votada, a posição do Ministério das Finanças, veiculada a nível de secretário de Estado, devido à ausência do ministro, por motivo de doença, não foi alterada relativamente à definida em Conselho anterior.



A simpatia de Maria de Lurdes Pintasilgo para as posições menos "tecnocráticas" e mais "avançadas"

## 2 linhas políticas

Tendo estes factos em linha de conta, é fácil perceber como o esclarecimento enviado não só não esclarece o essencial como também é de todo o contrário. É sintomático do clima vivido no seio do Governo. Formalmente, o que diz é verdadeiro. Substancialmente, omite a explicação da divergência de fundo que opunha e opõe duas linhas do Governo — uma linha, que tem merecido a simpatia e o apoio da Primeiro-Ministro (bem como, por vezes, do ministro da Administração Interna) e que inclui os ministros da área social e o ministro da Coordenação Cultural; e outra linha, que compreende normalmente os ministros das Finanças, da Indústria e do Comércio e Turismo.

Os restantes membros do Governo propendem mais para um ou para outro destes sectores. Assim,

por exemplo, Joaquim Lourenço, ministro da Agricultura e Pescas, tem frequentemente abandonado o seu colega da ASDI Sousa Franco para votar com os elementos da outra linha; Correia Gago, embora usando muitas vezes argumentos "economicistas", acaba também por votar amiúde com a mesma linha. Por seu turno, João Figueiredo, ministro da Comunicação Social, e mais acentuadamente ainda Loureiro dos Santos, ministro da Defesa Nacional tem perfilhado pontos de vista próximos da outra linha.

Falar em duas linhas não é um exagero, visto que em vários e importantes assuntos de fundo houve divergências frontais entre os sectores apontados. Divergências que não são só de concepção orgânica do funcionamento do Governo e ainda mais de opções político-estratégicas, subjacentes a diversas medidas votadas.

Aliás, uma prova cabal de que a clivagem existe e até já é patente dentro do próprio Governo, é o facto de alguns dos seus membros terem sentido a necessidade política de apresentar declarações de voto de vencido por escrito, para deixarem ficar bem claro a sua

posição em votações fundamentais realizadas nas últimas semanas.

Esta prática recente resultaria em grande parte de o V Governo Constitucional não elaborar actas de Conselho de Ministros, mas simples relatos extremamente

(Continua na pág. 12-R)

resumidos para uso interno, relatos estes que não exportam as posições dos diversos ministros nos debates efectuados, e poderiam assim objectivamente permitir dúvidas sobre o conteúdo dessas posições, essencial para a compreensão das votações efectuadas.

## O "pecado original" da orgânica governamental

Pode dizer-se que, em certa medida, o "pecado original" que está na base da clivagem agora aberta no Governo existiu desde o momento da sua formação, e se traduziu na complicada orgânica escolhida por Maria de Lurdes Pintasilgo para o sector económico.

De facto, fosse ou não com o objectivo de limitar os poderes do ministro das Finanças (até tendo presentes precedentes não muito longínquos), a verdade é que a Primeiro-Ministro criou um esquema que o separa de todas as restantes pastas económicas.

Assim, o ministro das Finanças não tem qualquer interferência no Plano nem é o coordenador das pastas económicas. Para coordenar a Agricultura e Pescas, a Indústria e o Comércio e Turismo foi criado um ministro da Coordenação Económica e do Plano que inevitavelmente constituiria um potencial pomo de atrito com os poderes que o ministro das Finanças entende como seus.

Mas, agravando este conflito, sucedeu que Maria de Lurdes Pintasilgo aceitou, em princípio, algumas condições que lhe foram postas por Sousa Franco para exercer o cargo de ministro das Finanças, entre as quais a de presidir, na sua falta, aos Conselhos de Ministros para os Assuntos Económicos e outras que esvaziavam o ministro da Coordenação Económica de efectiva capacidade de coordenação. Correia Gago ficava assim sobretudo com a reorganização do Departamento do Plano e com o Gabinete da Área de Sines.

Isto é, coexistiam um ministro das Finanças a quem, de facto, em princípio, era reconhecida a competência de coordenação das pastas económicas e um ministro da Coordenação Económica e do Plano praticamente sem poderes nenhuns para coordenar o que quer que fosse.

Daqui a um mal estar no funcionamento da equipa económica vai um pequeno passo.

## Dois pontos de vista políticos

Posteriormente, verificou-se que um novo factor mais importante ainda do que este se lhe veio a somar, criando o clima para a clivagem governativa.

Tratou-se já não de uma razão de natureza orgânica, mas sim de natureza política.

A medida que foram sendo apreciadas pelo Governo questões

fundamentais de base económica, mas também com incidência social, foi surgindo um novo fenómeno: a afirmação da equipa social, perfilhando pontos de vista que departuram com imediata receptividade por parte do Primeiro-Ministro e de outros membros do Governo, com destaque para o ministro da Coordenação Cultural e ministro da Cultura e Ciência, Sedas Nunes.

O ponto de vista deste sector do Governo tem sido o de antepor a considerações de natureza considerada "tecnocrata" ou "economicista" (como sejam os de não haver capacidade financeira ou de serem extremamente negativos os efeitos económicos previsíveis de certas medidas) considerações de natureza social, em alguns casos ultrapassando as próprias reivindicações expressas das confederações sindicais.

Daí a pressão feita para as elevações salariais, tal como foram processadas, bem como para as elevações no subsídio de desemprego.

Daí a hiper sensibilidade negativa a quaisquer medidas consideradas excessivamente favoráveis à iniciativa privada, nelas se incluindo questões de intervenção ou de regulamentação de entidades multinacionais.

Daí a hipersensibilidade positiva a todas as questões em que seja possível invocar interesses dos trabalhadores, verifique-se ou não que as medidas em causa são justificáveis, atendendo a outras razões ou até a essas próprias.

Ao invés, a linha que integra substancialmente o ministro das Finanças, o ministro da Indústria e o ministro do Comércio e Turismo (que aparece como notoriamente muito mais à direita dentro do Conselho de Ministros), tem chamado a atenção para a gravidade de medidas sociais aprovadas pelo Governo que vão envolver consequências económicas nefastas a curto ou a médio prazo. Tem também apontado o que considera o "complexo de esquerda" da primeira linha, que a leva a considerar inaceitáveis mesmo pontos de vista perfilhados por Governos de base exclusiva ou dominante socialista.

Deste modo, tem suscitado votação de questões que normalmente poderiam ser aprovadas por bom senso, e têm votado contra a linha maioritária na maior parte dessas questões.

## O "isolamento" de Sousa Franco

Publicamente, apenas em duas passagens muito esbatidas da entrevista de António Sousa Franco ao "Diário de Notícias", é que se poderia detectar um sinal claro de clivagem (no seu do Governo, na referência ao FMI (cuja vinda a Lisboa Maria de Lurdes Pintasilgo queria cancelar, para evitar a sensação de que se relacionava com os aumentos de preços aprovados pelo Governo); e na alusão às consequências económicas de certas medidas de incidência social.

Simplemente, hoje é já patente um certo isolamento do ministro das Finanças dentro do Governo (apesar de ter consigo os titulares das pastas da Indústria e do Comércio e Turismo).

O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, cuja presidência lhe fora reconhecida, na ausência de Lurdes Pintasilgo, apenas reuniu duas vezes.

O Ministério do Trabalho estuda a regulamentação da lei das Comissões de Trabalhadores, a dar crédito a sectores próximos dele, sem qualquer cooperação dos Ministérios Económicos, em particular do Ministério das Fi-

nanças, apesar de um dos problemas mais graves que essa lei suscita respeitar ao controlo da gestão dos bancos e das empresas seguradoras tutelados pelo Ministério das Finanças.

Mas, para além da divisão na apreciação de questões fundamentais, para além do aparecimento das declarações de voto escritas nos Conselhos de Ministros para atestar as razões das posições vencidas, para além da tendência até agora patente para a "neutralização" do ministro das Finanças pela linha dominante do Governo, que merece o apoio de Maria de Lurdes Pintasilgo para além de tudo isto, uma consequência política importante pode resultar.

## A incómoda posição do PS perante o Governo

Um agravamento da clivagem no seio do Governo poderá, além de debilitá-lo, acentuar a tendência bipolarizadora na sociedade portuguesa e obrigar o Partido Socialista a demarcar-se mais claramente do Executivo e, imediatamente, a marcar distâncias em relação ao Presidente da República.

Na verdade, por um lado, a bipolarização só prejudica o PS, e, por exemplo, acontecimentos como o de Montemor-o-Novo colocam-no numa posição de extrema dificuldade, "entalado" entre duas atitudes igualmente radicais.

De resto, no próprio Conselho de Ministros que discutiu esta matéria, terta havido membros do Governo, como Sedas Nunes, que tomaram posições extremamente radicais, objectivamente próximas de medidas preconizadas pelo PCP, a questão da referência à execução da lei da Reforma Agrária no comunicado governativo teria estado longe de ser pacífica, suscitando uma votação bastante equilibrada, e sobretudo teria sido sensível uma relativa hesitação de Maria de Lurdes Pintasilgo quanto à atitude a adoptar, quer quanto a essa referência, quer quanto a eventualidade de uma suspensão

transitória da execução da mesma lei.

Ms, por outro lado, o isolamento crescente de Sousa Franco e da linha que representa no Governo (de que falava já esta semana expressamente o vespertino "Diário de Lisboa", que qualificava as posições do ministro das Finanças de "conservadoras") também não facilita as relações do Governo com o PS. Importa não esquecer as relações íntimas de colaboração, desde há muito, existentes entre Sousa Franco e certos dirigentes socialistas, tais como Vitor Constâncio.

Um mais acentuado isolamento do líder ASDI no Governo pela linha de "independentes de esquerda" colocaria pelo menos um sector apreciável do PS numa posição muito pouco confortável.

Além de que na escolha da data das eleições locais, tal como na substituição das Comissões de Gestão de Órgãos de Comunicação Social estatizados, os pontos de vista do PS foram sucessivamente preteridos, com a "cobertura política" da Primeiro-Ministro.

Só que um maior esfriamento entre o Governo e o PS significa também um maior esfriamento entre o Presidente da República e o PS.

E como não parece que a "Aliança Democrática" possa (ou queira), no futuro, rever a sua posição em relação ao general Ramalho Eanes, se este se vê definitivamente afastado do PS, vê também muito provavelmente fugir por "água abaixo" a hipótese de uma reeleição, que não represente o prelúdio para uma experiência presidencialista de contornos democráticos mas mal definidos.

Pela superação da clivagem existente no Governo de Pintasilgo passa a recusa da bipolarização da vida política portuguesa.

O que significa, "a contrario sensu" que o agravamento dessa clivagem interessa à "Aliança Democrática". E, como é evidente, interessa ao PCP, que parece cada vez mais apostado na italianização da vida política portuguesa.

Não é, no entanto, líquido que interessa a um sector muito amplo de democratas portugueses.



**CLIVAGEM MANIFESTA DENTRO DO GOVERNO PINTASILGO**

**Agravamento de divisão governativa  
acelera bipolarização política**

Fundação Cuidar o Futuro

